

## **BRASIL, 1942**

### **ESTADO E SOCIEDADE CONTRA O REICH**

## **BRAZIL, 1942**

### **THE STATE AND THE SOCIETY AGAINST REICH**

**JORGE FERREIRA** | Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em História pela UFF. Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) no Programa Cientistas do Nosso Estado. Pesquisador I do CNPq.

#### **RESUMO**

O objetivo do artigo é analisar o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida econômica e social brasileira, conhecendo as dificuldades geradas pela falta de combustíveis, pelos racionamentos e pelo aumento do custo de vida. Procura, também, avaliar a mobilização social diante do estado de guerra e as iniciativas estatais na área de defesa civil. A pesquisa se restringe ao segundo semestre de 1942.

*Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; esforço de guerra; mobilização para a guerra; defesa civil.*

#### **ABSTRACT**

The point of this article is to analyze the impact of the World War II into the life of Brazilians, getting into the difficulties occurred based on the lack of fuel, rationing and the increase in the cost of living. The research is also to evaluate the mobilization in front of the War State and the state initiative in the civil defense. The research is restricted to the second semester of 1942.

*Keywords: Second World War; war effort; mobilization for war; civil defense.*

#### **RESUMEN**

El objetivo del artículo es analizar el impacto de la Segunda Guerra Mundial en la vida brasileña, conociendo las dificultades concebidas por la falta de combustible, por los racionamientos y por el aumento del costo de vida. Procura evaluar la movilización social delante del estado de guerra y las iniciativas públicas en la área de defensa civil. El investigación se restringe al segundo semestre de 1942.

*Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; esfuerzo de la guerra; la movilización para la guerra; defensa civil.*

Se a Alemanha vencesse, seria um acontecimento tão estúpido, que até se torna estúpido admitir que a Alemanha pudesse vencer...

Barão de Itararé<sup>1</sup>

No dia 22 de agosto de 1942, Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha e à Itália. A decisão não foi fácil, sobretudo diante da penúria e despreparo bélico das Forças Armadas. A Força Aérea e a Marinha de Guerra não tinham importância alguma. No Exército as armas eram obsoletas, faltavam munições e carros de combate, além de as tropas não passarem por treinamento profissional. Não havia como defender o país de ataques aéreos ou navais. A declaração de guerra era uma resposta ao afundamento de cinco navios de passageiros pelo submarino alemão U-507, entre os dias 15 e 17 de agosto, matando 605 brasileiros no litoral de Sergipe e da Bahia. Durante dois dias na capital do país, o Rio de Janeiro, em diversas capitais de estados e em inúmeros municípios ocorreram manifestações de protestos, passeatas e comícios condenando a atitude do governo alemão e exigindo que Vargas declarasse guerra à Alemanha.

Naquele momento, a política externa brasileira foi definida por Gérson Moura como *equidistância pragmática*, nas áreas econômica, política e militar. Essa equidistância permitia acordos favoráveis ao país (Moura, 1993, p. 179). Nos anos de 1930, o Brasil era economicamente muito atrasado. As fissuras entre as potências capitalistas permitiram que o governo de Getúlio Vargas trabalhasse no sentido de obter vantagens econômicas. Acordos comerciais foram assinados em 1935 e 1936 com Estados Unidos e Alemanha. Na concorrência entre os dois países, o Brasil obtinha vantagens. Para Paulo Visentini (2009, p. 12), Vargas “inaugurou um novo estilo, o da barganha nacionalista a serviço de um projeto nacional de modernização econômica e político-institucional”. Não se tratava de “simpatias pelo nazismo”. De maneira pragmática, a diplomacia visava tirar vantagens da concorrência entre norte-americanos e alemães, embora Vargas soubesse que, no limite, a escolha final seria pelos Estados Unidos. A declaração de neutralidade diante da guerra que eclodiu na Europa em setembro de 1939 fazia parte da diplomacia pragmática de Vargas.

Poucos meses depois, em janeiro de 1940, Vargas anunciou ambicioso plano quinquenal para desenvolvimento da indústria, cujo carro-chefe era a construção de uma usina siderúrgica. A guerra na Europa, no entanto, prejudicava os planos de crescimento econômico. Os problemas começaram a surgir quando, em maio de 1940, a Grã-Bretanha instituiu o bloqueio naval à Alemanha. O Brasil perdeu cerca de 40% de seus mercados para exportação (Lochery, 2015, p. 105). Navios de guerra britânicos impediam que embarcações comerciais alemãs e italianas chegassem ao Brasil e, ao mesmo tempo, não consentiam que navios brasileiros alcançassem portos dos países do Eixo – ignorando notas de protesto do governo Vargas.

---

<sup>1</sup> Se o nazismo vencesse... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1942, p. 7.

No entanto, a política da *equidistância pragmática* chegou ao seu limite quando o Japão atacou a base naval norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941. No mês seguinte, em 28 de janeiro, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. A decisão foi tomada na Conferência do Rio de Janeiro por indicação do governo dos Estados Unidos e acompanhada por todos os países latino-americanos, com exceção da Argentina e do Chile. Acordos comerciais e militares foram assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, com o rearmamento do Exército brasileiro e a autorização de Vargas para que os militares norte-americanos montassem bases no Nordeste e ocupassem a ilha de Fernando de Noronha.

A retaliação do governo hitlerista não demorou. A partir de janeiro, navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães e italianos na costa leste dos Estados Unidos e no Caribe. Eram embarcações que levavam matérias-primas e traziam mercadorias e produtos necessários à economia do país, como combustíveis. Os ataques dos submarinos alemães aos navios mercantes brasileiros ao longo do primeiro semestre de 1942 foram impactantes para o país. Os combustíveis tornaram-se escassos e o governo deu início a um programa de racionamento de gasolina. A situação foi agravada com a decisão de Vargas de suspender a navegação de petroleiros da costa leste dos Estados Unidos para o Brasil (Lochery, 2015, p. 168). A declaração de guerra à Alemanha e à Itália tornou a situação econômica do país crítica.

Este artigo tem por objetivo conhecer as repercussões da Segunda Guerra Mundial no Brasil, as dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira com os racionamentos, o aumento do custo de vida e o abastecimento de mercadorias, bem como conhecer a mobilização social diante de conflito europeu e as iniciativas estatais na defesa de um eventual ataque aéreo alemão. A análise tem início com a declaração de guerra do governo brasileiro, e ficará restrita ao segundo semestre de 1942. O intuito é avaliar como a guerra interferiu no cotidiano da sociedade brasileira.

## **ESTADO DE GUERRA**

O governo federal tomou iniciativas quando percebeu que a economia do país sofreria com o conflito europeu. Em 11 de março de 1942, o ministro da Fazenda apresentou medidas para enfrentar os problemas gerados pela guerra. Para obter recursos, emitiu títulos de obrigações de guerra e letras do Tesouro. Instituiu nova moeda, o cruzeiro, e criou a Comissão de Defesa Econômica. Todos os planos para construção de obras públicas seriam revistos. Alguns teriam continuidade, enquanto outros seriam suspensos. Seriam autorizadas iniciativas que gerassem aumento de seus gastos.<sup>2</sup>

---

2 Importantes medidas do governo para atender à situação criada pela guerra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1942, segunda seção, p. 1.

Foram os direitos civis e as garantias individuais os mais atingidos. A Constituição de 1937 tinha viés claramente autoritário, mas o decreto que instituiu o estado de guerra em todo o território nacional, em 31 de agosto de 1942, poucos dias depois que o governo declarou guerra à Alemanha e à Itália, suspendeu quaisquer garantias constitucionais. O direito ao *habeas corpus*, à liberdade de expressão e de escolha de profissão, de associação e de reunião, à livre circulação no território nacional, à inviolabilidade do domicílio, da correspondência e da propriedade. Além disso, detenções policiais poderiam ocorrer sem culpa formada. Também foi estabelecida a pena de prisão perpétua e suspenso o artigo 137 da Constituição, que tratava da legislação básica referente ao trabalho.<sup>3</sup> Na prática, porém, a medida atingiu algumas indústrias e empresas consideradas essenciais para o esforço de guerra e afetou, sobretudo, a jornada de trabalho dos operários.

No mesmo dia, dois decretos-lei foram emitidos. O primeiro determinava que a realização de assembleias sindicais dependeria de autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os sindicatos também não poderiam se vincular a movimentos cívicos sem prévio consentimento do ministério. Os empregadores, por sua vez, alegando o estado de guerra, não poderiam impedir ou restringir os direitos sindicais regulados pela legislação em vigor. Os chamados “súditos” da Alemanha e da Itália teriam os direitos eleitorais suspensos e estariam impedidos de participar de assembleias sindicais e frequentar sedes sociais das entidades.<sup>4</sup> O segundo decreto regulava as relações de trabalho nas “indústrias e empresas de serviço público que interessam à produção e à defesa nacional”. A jornada de trabalho poderia ultrapassar as oito horas, mas acrescida, no mínimo, de 20% sobre a remuneração das horas normais. No caso de atividade insalubre, esta mudança somente seria autorizada após inspeção de autoridades da área de higiene do trabalho.<sup>5</sup>

Em setembro, o governo federal instituiu a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), sob a chefia do ministro João Alberto. O primeiro passo foi fixar preços para a carne no Rio de Janeiro e em São Paulo e tabelamento para os gêneros de primeira necessidade. Em dezembro de 1942, com o aumento acelerado dos preços, o ministro tomou a decisão de congelá-los, além de reajustar salários, controlar o abastecimento público, os preços de produtos importados, entre outras iniciativas (Cytrynowicz, 2000a, p. 247).

Medida anunciada pelo ministro da Fazenda foi a emissão de obrigações de guerra.<sup>6</sup> Era uma forma de o governo arrecadar fundos para o financiamento do esforço de guerra. A compra dos bônus de guerra seria obrigatória. Os trabalhadores teriam descontados 3% de seus salários, enquanto profissionais liberais e empresários seriam obrigados a comprá-los na quantia equivalente ao que pagavam de imposto de renda. Funcionários do Ministério

---

3 BRASIL. Decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942. Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF.

4 BRASIL. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF.

5 BRASIL. Decreto-lei n. 4.639, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF.

6 Será lançada a 10 de novembro a subscrição do bônus de guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 out. 1942.

da Fazenda acreditavam que muitos comprariam os bônus espontaneamente, uma vez que renderiam juros de 6% ao ano e teriam preferência no resgate frente aos outros investimentos financeiros.

## A ESCASSEZ DE COMBUSTÍVEIS

Com o conflito na Europa, as dificuldades na importação de combustíveis derivados do petróleo foram agravadas, particularmente a gasolina. Navios petroleiros não tinham como chegar ao Brasil devido à ameaça dos submarinos alemães. Sem ter acesso ao produto, o racionamento foi inevitável. O ministro João Alberto determinou como seria o controle, a começar pelo estado de São Paulo. Uma das medidas era redistribuir as linhas de ônibus, tornando o transporte público mais organizado e econômico. Também priorizou o uso de combustíveis para agricultura, indústria e transporte de mercadorias. O ministro também autorizou o aumento da produção de lenha e carvão, fixando cotas para os consumidores e tabelando seus preços. Haveria uma taxa sobre o valor de venda de todos os combustíveis.<sup>7</sup>

Os automóveis particulares pararam de rodar. Os táxis continuaram prestando serviços, mas diversos profissionais ficaram sem trabalho ou desempregados, como motoristas, garagistas, mecânicos, pintores e lanterneiros.<sup>8</sup>

Em fins de novembro, João Alberto instituiu a Comissão de Racionamento e Distribuição de Combustíveis no Distrito Federal, composta por representantes da prefeitura, da indústria e do comércio, e dois integrantes indicados por suas associações de classe. A comissão tinha poderes para elaborar regras para o racionamento de combustíveis líquidos, com o estabelecimento de cotas e provisão para cada consumidor, requisitar estoques para o consumo da população e estabelecer penalidades aos infratores com multas ou fechamento do estabelecimento comercial. Também tinha prerrogativas para orientar os consumidores sobre a substituição de combustível, racionalizar o transporte público e estabelecer as prioridades de consumo, privilegiando as atividades econômicas consideradas essenciais, entre outras atribuições.<sup>9</sup>

Ainda em fins de agosto de 1942, tornou-se obrigatório o racionamento da distribuição do carvão. Decreto governamental estabeleceu que 75% desse produto extraído ficariam sob responsabilidade do governo federal. Teriam preferência no acesso a este os serviços de transportes marítimos e terrestres, bem como as fábricas declaradas de utilidade pública. Todo o carvão de Santa Catarina seria entregue pelos produtores a órgão federal.<sup>10</sup> O articu-

---

7 Racionamento de combustíveis em São Paulo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 nov. 1942.

8 A guerra e os automóveis. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 21 nov. 1942.

9 Instituída a Comissão de Racionamento e Distribuição dos Combustíveis Líquidos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 nov. 1942.

10 Estabelecido o racionamento do carvão nacional. *Diários de Notícias*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 26 ago. 1942.

lista da coluna "Economia e Finanças" do jornal *Correio da Manhã* afirmava que, nesse aspecto, o governo brasileiro seguia os mesmos procedimentos que Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Em sua avaliação, a situação brasileira na produção deste combustível era relativamente favorável. Entre 1931 e 1941, a produção de carvão em pedra triplicou, permitindo ao país cobrir 60% de suas necessidades. Havia o problema dos transportes, acarretando que, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sobrasse carvão, enquanto faltava nos outros estados. Trens e navios levavam-no para o sudeste e nordeste do país, mas também consumiam parte do que transportavam. O racionamento imposto pelo governo visava minorar as distorções.<sup>11</sup>

No caso da geração de energia elétrica, a escassez era anterior à guerra. Em 3 de outubro de 1942, os jornais publicaram decretos governamentais regulamentando o racionamento.<sup>12</sup> Os estudos sobre os locais e estabelecimentos impactados ficariam a cargo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). Em caso de necessidade de economia, os primeiros setores atingidos seriam a iluminação pública, casas de diversão, estabelecimentos industriais e comerciais voltados para produtos de luxo e domicílios.

Foram estabelecidas cotas para o uso de gás doméstico. Segundo dados oficiais de outubro de 1942, 75% desse consumo esteve dentro das parcelas preestabelecidas. A avaliação foi a de que os consumidores compreenderam a necessidade de economizar. Mas a empresa distribuidora de gás fazia apuração sobre os motivos que levaram o restante de usuários a excederem os limites especificados.<sup>13</sup>

Para obter combustíveis, a exemplo de óleo diesel, gasolina, querosene, álcool, carvão, lenha, turfa, entre outros, as empresas tinham que preencher documentos nos quais deveriam constar os dados do estabelecimento, de que tipos de combustível necessitavam e como poderiam aplicá-los, o consumo mensal, a capacidade das caldeiras, o estoque existente, entre outros. O documento deveria ser entregue, em prazo estabelecido, à Comissão de Racionamento de Combustíveis do Estado do Rio.<sup>14</sup>

Ainda em setembro de 1942, o governo federal tomou iniciativa para contornar a falta de combustíveis, em particular a gasolina, para automóveis, ônibus e caminhões. A solução adotada foi o gasogênio, sobre o qual já vinham sendo realizados, desde 1939, estudos e planejamentos, mas foi com o estado de guerra que seu uso foi incentivado. Tratava-se de um aparelho que gaseificava o carvão vegetal. O kit completo incluía gerador de gás, depurador, arrefecedor tubular de gás, filtros, tanque para combustível, ventilador centrífugo para a partida e um misturador dosador que substituía o carburador. O gasogênio funcionava a partir de uma série de reações químicas, resultando em processo altamente poluente. A ga-

---

11 Economia e Finanças. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 ago. 1942.

12 Dispondo sobre o racionamento de energia elétrica. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 3 out. 1942.

13 O racionamento do gás. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 out. 1942.

14 Aos consumidores de combustíveis líquidos ou sólidos do estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 out. 1942.

seificação começava pela combustão incompleta de carvão à alta temperatura, resultando no “gás de gasogênio”, formado por óxido de carbono, nitrogênio, hidrogênio e metano. O motor perdia cerca de 30% de sua potência, mas poderia recuperá-la com o aumento da alimentação com o gás na mesma medida. O conjunto do aparelho era grande e instalado geralmente na traseira do automóvel.

O estímulo governamental provocou o surgimento de várias fábricas dedicadas à produção dos aparelhos para instalação nos veículos. As encomendas aumentaram a ponto de a espera do produto chegar a sessenta dias. Com a alta demanda pela máquina de gasogênio e a impossibilidade de as fábricas responderem às encomendas, o governo decidiu, por edital de concorrência pública do Ministério da Agricultura, adquirir mil aparelhos com o objetivo de vendê-los aos interessados a preço de custo. Técnicos norte-americanos foram convocados para orientar a fabricação de aparelhos de qualidade a baixo custo. A adoção do gasogênio, segundo dirigentes do Ministério da Agricultura, também resolveria o problema da ociosidade das oficinas mecânicas. Parados por falta de gasolina, os automóveis não necessitavam de manutenção ou conserto. As oficinas, sob orientação de técnicos do ministério, poderiam se especializar na montagem do aparelho de gasogênio nos veículos. Haveria, também, a necessidade de formação de profissionais do ramo, os gasogenistas.<sup>15</sup> Seja como for, o país conheceu sérios problemas na questão relativa aos combustíveis.

## **ABASTECIMENTO E CARESTIA**

O governo tinha que lidar não apenas com a escassez de energia elétrica e combustíveis, mas também com outro sério problema: o aumento dos preços das mercadorias, sobretudo dos alimentos. O ministro João Alberto, à frente da Coordenação da Mobilização Econômica, tabelou o preço das carnes, do carvão e do aluguel de escritórios. O jornal *A Noite* considerou o aumento generalizado dos preços dos produtos de primeira necessidade como resultado da “ganância” dos comerciantes, uma vez que em dois anos os preços subiram muito. O azeite, em pouco mais de um ano, passou de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 36,00 o litro. Doces, massas e enlatados aumentaram entre 100% e 150%. O pêssego em conserva, por exemplo, aumentou de Cr\$ 2,80 para Cr\$ 8,50. As verduras também tiveram alta expressiva.<sup>16</sup>

Com o aumento sucessivo dos preços, os feirantes trataram de se defender. Na imprensa, a Associação de Vendedores de Feira do Brasil e Anexos publicou a seguinte nota:

Aos feirantes não cabe responsabilidade alguma na escassez de gêneros alimentícios nas feiras livres, nem a elevada alta que os mesmos têm atingido em prejuízo da população desta capital. A nossa Associação está vigilante e permanentemente em contato com as autoridades, a quem tem dado decisivo apoio, no cumprimento de suas determi-

---

<sup>15</sup> Intensifica-se o uso do gasogênio em todo o país. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 set. 1942.

<sup>16</sup> O abastecimento de gêneros alimentícios. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1 e 4, 3 nov. 1942.

nações. Os quinta-colunistas, sabotadores e açambarcadores que realmente exploram todas as situações, não se encontram felizmente entre nós.<sup>17</sup>

Em fins de 1942, matéria publicada no *Correio da Manhã* chamava a atenção para a depreciação dos salários e o aumento do custo de vida. Com os preços dos gêneros de primeira necessidade aumentando, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveu campanha para que os empresários reajustassem os salários dos trabalhadores. As fórmulas sugeridas eram várias, como diferenciações de reajuste para operários casados e solteiros ou casados com dois filhos ou mais de dois. O maior problema, segundo analista do jornal, eram os intermediários entre produtores e consumidores – os especuladores. Os trabalhadores rurais não expandiram seus lucros; alguns produtos importados poderiam escassear, mas isso não era motivo para aumentos abusivos de preços. Para o *Correio da Manhã*, eis os que lucravam, provocando a alta: “Os homens de negócio, e como sempre ganham os intermediários. Mas o problema que no momento interessa é o do bem-estar coletivo da massa da população, para que possa, sem maiores preocupações, dedicar-se ao esforço de defesa”.<sup>18</sup> Dias depois, o interventor do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, declarou que esta análise do *Correio da Manhã* estava correta. Segundo ele,

no caso do Rio de Janeiro, o maior entrave ao seu abastecimento regular deve ser apontado corajosamente: é o próprio Mercado Municipal, que, com seus inescrupulosos agentes no interior, tudo adquire a preço vil, tirando aos agricultores todo o estímulo. Quando estes se animam a levar o que produzem para vender naquele Mercado, encontram suas portas fechadas, e as mercadorias apodrecem nos caminhões, o prejuízo é total e tão cedo o ousado agricultor não fará nova tentativa de se libertar do ganancioso explorador.<sup>19</sup>

*Correio da Manhã* e Amaral Peixoto estavam certos em suas denúncias. Embora a produção de alguns alimentos tenha diminuído, a de outros aumentou. Roney Cytrynowicz cita o caso do açúcar. Entre 1940 e 1945, a produção manteve-se constante, enquanto o preço triplicou. No caso da banana, a oferta aumentou ao longo dos anos: em 1939, foram mais de 87 mil toneladas e, em 1944, ultrapassou as 107 mil toneladas. O preço, contudo, passou de 150 cruzeiros em 1939 para 414 cruzeiros em 1945. Portanto, conclui Cytrynowicz, analisando o caso de São Paulo, não foi “a guerra na Europa que promoveu a especulação, a escassez e a alta inflacionária. Antes, foi a ação dos especuladores” que se aproveitaram do conflito europeu, criando “situação que seria atribuída à guerra” (Cytrynowicz, 2000a, p. 234).

---

17 Os abusos nas feiras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1942.

18 Salários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 6 out. 1942.

19 O maior entrave ao abastecimento da capital da República. *Correio da Manhã*, p. 8, Rio de Janeiro, 16 out. 1942.

Uma maneira que o governo federal encontrou para enfrentar a alta dos preços dos alimentos foi a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), rede de restaurantes em lugares estratégicos, nas grandes cidades, onde eram vendidas refeições a baixo custo. Uma das iniciativas do Saps foi a de fundar armazéns que comercializavam gêneros de primeira necessidade, administrados pelos sindicatos com base no cooperativismo. A Lei de Sindicalização autorizava o cooperativismo sindical. Os produtos seriam negociados a preço de custo. O patrocínio dos armazéns seria dos sindicatos, mas a administração estaria a cargo do Saps. Os sindicalizados participariam da cooperativa como consumidores e sócios. Os sindicatos não teriam lucros, mas apenas margem para cobrir as despesas (compra, transporte, estocagem etc.). A grande vantagem seria a retirada de dois ou três intermediários entre os produtores e os consumidores, permitindo a redução dos preços em cerca de 30%, alegaram fontes governamentais. O plano permitiria que o associado de um sindicato pudesse ter acesso ao armazém de outra organização sindical.<sup>20</sup>

Em fins de novembro, o diretor do Saps reuniu-se com dirigentes sindicais e representantes do comércio, da indústria, dos transportes e dos funcionários públicos. Ficou decidido que cada categoria profissional, por meio de seu sindicato, ficaria responsável pela construção dos postos de venda e distribuição dos gêneros de primeira necessidade a seus afiliados. Assim, além dos postos do próprio Saps, o Sindicato dos Trabalhadores em Metais e Material Elétrico construiria outro em São Cristóvão e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado teria mais dois no bairro de Marechal Hermes e um terceiro na rua Farani, em Botafogo. A Federação dos Empregados no Comércio teria o seu no bairro de Madureira.<sup>21</sup>

Outro problema era o aumento dos aluguéis residenciais. No dia 20 de agosto, o governo congelou seu valor por dois anos, mantendo-se o que era cobrado em 31 de dezembro de 1941.<sup>22</sup> Contudo, no dia 24 de setembro, nota publicada no *Correio da Manhã* pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro informava que, no dia seguinte, as passagens dos ônibus iriam aumentar. Os dirigentes do sindicato deram satisfações ao público. O preço do combustível subiu de trezentos réis para pouco mais de mil réis e os pneus dobraram de valor. Outra dificuldade era o racionamento. Se antes recebiam cerca de 120 litros diários de óleo diesel, agora dispunham de 67 litros.<sup>23</sup>

O conflito na Europa impôs muitos sacrifícios e restrições à sociedade brasileira. Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, assinado por Costa Rego, temos imagem desoladora da oferta de produtos e serviços à população. Publicado em setembro de 1942, ele lembra que em maio a gasolina desapareceu dos postos de abastecimento. Os transportes públicos

---

20 Gêneros mais baratos. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 24 nov. 1942. Sobre o Saps, ver: Evangelista (2014).

21 Gêneros baratos para os trabalhadores. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 8, 27 nov. 1942.

22 Defendendo a economia do povo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 ago. 1942.

23 Aviso ao público. O reajustamento das passagens. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 set. 1942.

pioraram. A população passou a sofrer nas manhãs e final das tardes, espremida em ônibus e bondes. Era possível ver senhoras com garrafas nas mãos nos postos para comprar que-rosene racionado, uma vez que não encontravam o combustível de maneira abundante nos armazéns, como havia antes. “Sacrifícios de guerra!”, avalia Costa Rego.

E aquele pobre médico pendurado ao estribo de um bonde pela mão esquerda, com a direita segurando a maleta cirúrgica, sem poder nem sequer tirar do bolso a moeda da passagem? Vítima da guerra! Antes desta chegar até nós, ele tinha carro para o trabalho; hoje tem trabalho sem carro?

Mas também o banho morno tornou-se um luxo, porque faltava gás produzido pelo carvão. Não havia carvão. Em casa, no almoço e no jantar, faltavam carne, ovos e bacalhau. “Privações da guerra!”, reiterou. Escasseavam também as francesas “pílulas tão boas para o fígado”, máquinas de costura, geladeiras. “É a guerra”, afirmou. Do mesmo modo faltavam meias de lã importadas, bem como navalhas alemãs e suecas. Não é possível assistir a óperas, porque o repertório é italiano. Azeite de oliva não havia no mercado, muito menos perfumes parisienses. “De Paris não chega nada. Tudo acabou com a guerra”, lembra Costa Rego. “Jantares, bailes, partidas esportivas no domingo” eram coisa do passado. A preocupação era o conflito. Os trabalhadores ainda tinham que suportar o aumento das horas de serviço. Em sua avaliação, toda a população sofria com os efeitos do conflito menos um setor. Para determinado grupo social, denunciou Costa Rego,

não há o mínimo sinal de transformação, ligeiro embora que fosse, nos hábitos e prazeres dos cassinos: funcionam as mesmas bancas de roleta, jaburu, dado, campista, monte, vermelhinha, sete e meio, com a mesma concorrência de vítimas e o mesmo ar indiferente que os empresários do jogo afetam possuir por tudo quanto se diz de sua profissão. São estes os únicos lugares onde a guerra ainda não repercutiu.<sup>24</sup>

O artigo publicado no *Correio da Manhã* era bastante crítico dos cassinos e das elites do Rio de Janeiro, indiferentes às dificuldades vividas pelo povo.

Um problema enfrentado pelo governo foi com o pão. O país produzia trigo em quantidade insuficiente para o consumo. A guerra prejudicou a importação e tornou-se difícil abastecer as padarias com farinha de trigo. Segundo Roney Cytrynowicz, o governo federal incentivou o consumo de pão com farinha integral, conhecido popularmente como “pão de guerra”. Sua entrada no mercado foi estabelecida, em setembro de 1942, pela Coordenação de Mobilização Econômica. O produto era mais barato: Cr\$ 1,60 o quilo, em vez de Cr\$ 2,50, no caso da farinha de trigo branca. O autor ressalta que a introdução do pão integral não era apenas pela dificuldade de importação do trigo, mas fazia parte de uma “política de

---

<sup>24</sup> Onde ainda não há guerra... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 set. 1942.

melhorar a alimentação da população”. Especialistas em nutrição ressaltavam as qualidades da farinha integral em relação à farinha processada. Bastante aceito e consumido nos dias atuais, o pão integral, de cor escura, no entanto, não foi bem recebido pela população da época. Além do costume de longa data de consumir pão de farinha branca, criando hábito arraigado, havia a reclamação de que o pão integral tinha gosto de milho. Associou-se a imagem do pão integral a “pão de pobre”. Os próprios padeiros sabotavam o “pão de guerra”, deixando-o mais duro, ou pondo pouco fermento. O mesmo ocorreu com o açúcar. A iniciativa governamental de substituir o açúcar refinado, branco, pelo mascavo, de cor escura, conheceu a mesma recusa, com argumento similar: “açúcar de pobre”. Mas a expressão “pão de guerra” também aludia a “pão de macarrão”. Era comum dissolver o macarrão, aproveitar a farinha de trigo e produzir pão (Cytrynowicz, 2000a, p. 52-58).

## DEFESA PASSIVA

A guerra impôs outros sacrifícios à população brasileira. O perigo de ataques aéreos da Alemanha às cidades litorâneas foi considerado sério e muito possível de ocorrer pelo governo brasileiro. Era necessário preparar a população para o caso de bombardeios nas áreas urbanas. Para isso, o governo instituiu o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em maio de 1942.<sup>25</sup> Em setembro de 1943, o órgão foi renomeado, ficando conhecido como Serviço de Defesa Civil. O coronel Orozimbo Martins Pereira foi nomeado seu chefe geral. Todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no país e maiores de 16 anos poderiam ser convocados para receber instruções de como usar máscaras contra gases, atender alarmes, remover intoxicados, prevenir incêndios, construir abrigos ou ainda realizar trabalhos de enfermagem, limpeza pública, entre outros. Com o objetivo de preservar as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói de ataques aéreos, no início de setembro de 1942, o coronel determinou que permanecessem apagadas as luzes do Corcovado, do alto dos morros da Urca e do Pão de Açúcar, do relógio do edifício da Mesbla, dos anúncios luminosos localizados em morros, igrejas e arranha-céus.<sup>26</sup>

No *Correio da Manhã*, artigo advertia a população para que não subestimasse a possibilidade de ataques da aviação alemã no Rio de Janeiro. Autoridades militares norte-americanas alertaram o governo brasileiro de que o próximo objetivo de Hitler era a invasão do continente americano. O Brasil é o país mais próximo de Dakar, de onde a aviação alemã poderia transportar tropas, invadindo o nordeste brasileiro e, a partir daí, os Estados Unidos; o que não eliminava a hipótese de um ataque aéreo ao Rio de Janeiro. Por isso, garantia o jornal a necessidade de exercícios de blecaute como forma de “guerra defensiva”.<sup>27</sup> Não foi

---

25 O Serviço de Defesa Passiva Antiaérea foi instituído pelo decreto-lei n. 4.098, de 13 de maio de 1942.

26 Apagados vários focos luminosos do Rio por decisão militar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 set. 1942.

27 A experiência do “blackout”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1942.

casual, nesse sentido, que as colônias de pescadores ficassem subordinadas ao Ministério da Marinha, aos Comandos Navais e às Capitânias dos Portos. Os pescadores, assim, tornaram-se auxiliares das Forças Navais na vigilância e defesa do litoral brasileiro.<sup>28</sup>

O primeiro treino de blecaute da capital da República ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de setembro. Durante três noites consecutivas, as orlas marítimas do Rio de Janeiro e de Niterói mergulharam na escuridão. O exercício foi coordenado pela Defesa Passiva Antiaérea com o apoio da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, da Cruz Vermelha, da Escola Ana Nery, da Escola Técnica de Serviço Social, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), além de enfermeiras, samaritanas e voluntárias socorristas.<sup>29</sup> Assim que anoiteceu, cinco postos de emergência foram instalados nos bairros mais vulneráveis a ataques aéreos: Copacabana, Ipanema e Leblon. Médicos, enfermeiras, bombeiros e voluntárias aguardaram ordens nos postos, cada um deles sob o comando de um oficial do Exército. Na primeira noite, eles ficaram nos posicionamentos munidos de todos os equipamentos médicos e automóveis. Na segunda, houve exercício de ataque, com voluntários simulando ferimentos por queimadura e desmoronamento.<sup>30</sup>

Segundo Neill Lochery, a população do Rio de Janeiro levou algum tempo para se acostumar ao ambiente de guerra. Até então, o conflito era algo muito distante. Nos hotéis, havia “festas de blecaute”, onde era servido o “coquetel blecaute”. Nos exercícios de apagão, as autoridades exigiram que, até um quilômetro da faixa do mar, toda iluminação fosse esmaecida. Muitas pessoas, no entanto, mantinham as luzes acesas e as cortinas abertas. Foi necessário que as autoridades ameaçassem de prisão, sob a acusação de simpatizantes do Eixo, para que todos apagassem as luzes. Alguns cariocas protestaram, alegando que, se não pudessem ver o mar à noite, sofreriam de depressão e doenças mentais. Mas valeu a imposição da Defesa Passiva Antiaérea. Não apenas o Distrito Federal, mas as cidades litorâneas viveram as noites na mais completa escuridão. Com o desembarque das tropas Aliadas no norte da África, em fins de 1942, a população do Rio de Janeiro não via mais sentido na manutenção do blecaute (Lochery, 2015, p. 201-202).

A Defesa Passiva Antiaérea tinha a responsabilidade de mobilizar a população com exercícios de alerta de ataques aéreos, coordenar os blecautes e ensinar aos cidadãos métodos para se defender de estilhaços de bombas, de desmoronamentos causados por bombardeios e dos “sopros”, nome que se dava aos deslocamentos de ar causados pela explosão de bombas, provocando graves ferimentos e mortes.<sup>31</sup>

---

28 O Brasil na guerra. Os pescadores considerados auxiliares das forças navais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 16 out. 1942.

29 A formação de enfermeiras tornou-se estratégica para o governo. Segundo Roney Cytrynowicz (2000b), em 1942 entraram em atividade os cursos de formação de enfermeiras profissionais (três anos de duração), samaritanas (um ano) e voluntárias socorristas (três meses).

30 Exercícios práticos de defesa passiva durante o “blackout”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 58, set. 1942.

31 É fácil construir um refúgio. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 21 out. 1942.

Em entrevista à imprensa, o coronel Orozimbo Pereira deu instruções sobre como construir um abrigo para se proteger no caso de bombardeios aéreos, o que poderia ser feito nos quintais das casas. Bastaria abrir um buraco com altura de um metro e setenta centímetros, largura de um metro e cinquenta centímetros e comprimento de três ou quatro metros. As paredes seriam revestidas de pranchões. O teto também, com uma camada de terra. A porta de entrada estaria em uma das laterais do buraco. O refúgio não protegeria de bombas, mas seria eficiente contra o “sopro” das explosões. O ideal seria como os de Londres, com abrigos construídos sob edifícios, com resistência suficiente contra bombardeios. Ao contrário do que muitos afirmavam, os túneis da cidade não se prestariam a servir como proteção. A explosão de uma bomba em uma de suas aberturas aumentaria o deslocamento do ar – o “sopro” –, expelindo com violência quem estivesse dentro dele.

Nos jornais, a população recebia instruções no caso de ataque aéreo inimigo. No *Diário de Notícias*, em setembro de 1942, a diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea publicou informe intitulado “Conhecimentos indispensáveis a todos os cidadãos”. O texto pedia: “Recorte, estude e colecion”. A seguir, instruía como agir no caso de ataque aéreo por bombas incendiárias. O resultado poderia produzir grande número de focos de incêndio, dificultando muito o trabalho dos bombeiros. Todos, portanto, deveriam tomar medidas para evitar a propagação do fogo, como desentulhar sótãos e andares mais altos, retirando roupas, móveis de madeira, entre outros materiais combustíveis, derramando, a seguir, areia no chão. Outra medida era espalhar sacos de areia e ter à disposição extintores de incêndio.<sup>32</sup>

Instruções da Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea eram publicadas sistematicamente nos jornais, sempre acompanhadas do título “Conhecimentos indispensáveis a todos os cidadãos”, seguidas do alerta “recorte, estude e colecion”, e de orientações detalhadas sobre a conduta no caso de bombardeio nas cidades.<sup>33</sup> A população seria advertida sobre a aproximação da aviação inimiga por sirenes amplificadas por alto-falantes e sinos das igrejas. A partir daí, o cidadão teria, no máximo, 15 minutos para tomar medidas que garantissem sua segurança.

No *Correio da Manhã*, as instruções eram claras e precisas. No caso de ouvir alerta sonoro, todos deveriam saber que se tratava de aproximação de aviões inimigos. Se estivesse em casa, o cidadão tinha que apagar todas as luzes e se refugiar em abrigo antiaéreo existente na moradia. O abrigo privado poderia ser em porões e adegas adaptados para resistir a bombas. Outra opção era construir um destes no quintal ou jardim. Também poderia se proteger entre duas paredes da casa, resguardado por uma mesa. Se não houvesse essas opções, a ordem era ir a um abrigo público. No caso de ataques com bombas explosivas ou incendiárias, estando em casa deveria fazer o mesmo.<sup>34</sup> Se tivesse que sair de casa, o procedimento

---

32 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 set. 1942.

33 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

34 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 out. 1942.

indicado era pegar seus documentos, dinheiro, cheques e joias. Também providenciar uma “lanterna elétrica de bolso” e uma cesta de alimentos anteriormente preparados, como pão, biscoito e conservas, garrafas de água e, para as crianças, leite. Se possuísse, deveria munir-se de máscara contra gases venenosos. Ao deixar a residência, certificar-se de que apagou o fogão, desligou as chaves da energia elétrica e do gás e fechou as portas e janelas. As cortinas deveriam estar cerradas. O próximo passo seria ir ao abrigo de sua casa ou a um abrigo público mais próximo. Sobretudo, ressaltou a diretoria, “não perder a calma, pois que, de nada lhe servindo assustar-se, concorrerá para criar o ‘pânico’ que deve, acima de tudo, ser evitado. Lembre-se que o ‘pânico’ causa sempre maiores danos que as bombas lançadas pelos aviões inimigos”.<sup>35</sup>

No caso de estar na rua, a diretoria orientava para sair do logradouro público imediatamente, mas sem correr, portando-se com calma. Se não desse tempo de chegar à casa, dirigir-se a um abrigo público ou uma trincheira-abrigo. Também não sendo possível, recomendava-se proteger-se em corredores de prédios ou em passagens subterrâneas. Se estivesse em ônibus ou automóvel, a orientação era sair dos veículos e proceder da mesma maneira. No caso de estar em cinemas ou teatro, levantar-se e sair da sala calmamente. Se não encontrasse um abrigo público, entrar em um prédio e esconder-se em qualquer depressão que encontrasse no chão. Nos refúgios públicos, certas normas de comportamento eram exigidas, como não formar grupos nos corredores, não se aproximar das portas, não fumar, não acender luzes (elétrica ou a combustível). Se uma bomba explosiva atingisse o edifício onde se localizava o abrigo, o cidadão deveria manter a calma, a serenidade e a disciplina. Outros procedimentos ainda eram pedidos, como esperar o final do sinal de alerta para sair do refúgio e nunca perder a calma. Por fim, a diretoria pedia atitudes de altruísmo à população, ajudando os idosos, gestantes, crianças, deficientes físicos e pessoas adoentadas.<sup>36</sup>

No dia 26 de outubro, foi realizado o primeiro treinamento de defesa passiva, com blecaute na capital federal.<sup>37</sup> A população foi avisada com antecedência e instruída sobre como se portar no exercício. Às nove da noite, os sinos das igrejas começaram a badalar e as sirenes entraram em ação. Era a advertência de que bombardeios inimigos se aproximavam do município do Rio de Janeiro. A seguir, a parte da cidade reservada para o treino escureceu com o corte da energia elétrica. Passageiros dos ônibus e bondes, bem como os que estavam em seus automóveis, foram conduzidos por policiais, escoteiros e jovens alistados no Serviço de Defesa Passiva a locais próprios. Por alto-falantes, as pessoas abrigadas sobre marquises dos edifícios ouviam as instruções.

---

35 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

36 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 out. 1942; Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

37 Imensa mancha negra na cidade iluminada. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 827, out. 1942.

## A SOCIEDADE MOBILIZADA

O estado de guerra mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. A União Nacional dos Estudantes (UNE) patrocinou grande comício no estádio do Fluminense, no bairro de Laranjeiras, no dia 27 de agosto – cinco dias após a declaração de guerra pelo governo Vargas. O jornal *Correio da Manhã* calculou que trinta mil pessoas compareceram ao evento. Bandeiras do Brasil e de diversas organizações estudantis eram balançadas pela multidão. Podiam-se ouvir “vivas” ao Brasil e a Vargas. Músicas de cunho patriótico eram tocadas pelas bandas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Municipal. O evento teve início com grupos de estudantes universitários caminhando em volta da pista do estádio, carregando dísticos e cartazes com frases nacionalistas. Na tribuna de honra estavam ministros e representantes da indústria e do comércio. Às nove e meia da noite, o comício se iniciou com algumas palavras do presidente da UNE, Paes Leme, que convidou o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para ser o primeiro orador.<sup>38</sup> A seguir, Paes Leme discursou afirmando que os brasileiros não estavam em guerra apenas com nações nazifascistas, mas contra regimes totalitários. Seu discurso foi interrompido por longos aplausos pela chegada do embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery.<sup>39</sup>

No dia seguinte, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais manifestou apoio a Getúlio Vargas. No Palácio Guanabara, estiveram Ozeias Mota, Mário Magalhães, Paulo Bitencourt e Roberto Marinho. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também endossaram apoio ao presidente.<sup>40</sup> O presidente da União dos Escoteiros do Brasil, general Heitor Borges, manifestou solidariedade ao governo na luta contra os agressores do país.<sup>41</sup> Sob a ditadura do Estado Novo, Vargas recebeu o apoio de estudantes, donos de jornais, escoteiros e ministros do STF. O ataque do U-507 com a morte de 605 brasileiros e a declaração de guerra à Alemanha e Itália resultaram na cooperação de diversos setores sociais ao governo – mesmo que autoritário.

A Semana da Pátria foi oportunidade para manifestações de apoio ao governo. No dia 3 de setembro, servidores públicos federais e municipais participaram de ato público no estádio do Fluminense. A multidão foi calculada pelo *Correio da Manhã* em sessenta mil pessoas e muitos não conseguiram entrar. A seguir, em passeata, todos foram para o Palácio do Catete, onde Vargas fez um pronunciamento. Faixas carregadas pelos manifestantes expressavam suas ideias e sentimentos: “Estamos com o Brasil contra os totalitários”, “Viva o presidente Vargas, nosso chefe e nosso guia”, “Cremos na vitória final porque cremos na Jus-

---

38 Mais de trinta mil pessoas tomaram parte no grande comício de ontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 ago. 1942.

39 O comício realizado ontem no estádio do Fluminense. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 ago. 1942.

40 Mensagem do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 ago. 1942.

41 Mobilizados contra a quinta-coluna os escoteiros do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 130, ago. 1942.

tiça contra a Violência”, “O Brasil ama o seu presidente”, “Somos pacíficos, mas não tememos fantasmas”, entre outras.<sup>42</sup>

Ainda no dia 27 de agosto, estudantes lançaram campanha cujo objetivo era arrecadar fundos para a compra de aviões de uso militar e de lanchas torpedeiras para a defesa marítima brasileira. Eles intitularam a campanha de “Uma hora pelo Brasil”. Cada trabalhador doaria uma hora de seu trabalho aos institutos de aposentadorias e pensões que, por sua vez, repassariam a quantia ao Banco do Brasil para a compra dos aviões e lanchas.<sup>43</sup> Iniciativa similar realizou o sr. Manuel da Silva, conhecido como “Zica”. Com apoio da imprensa do Rio de Janeiro, ele iniciou movimento para a compra de um avião bombardeiro, cujo nome seria “7 de setembro”. Na imprensa, liam-se os nomes das empresas e quanto elas colaboraram em dinheiro para a compra da aeronave.<sup>44</sup>

Os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal também se mobilizaram, contribuindo para um fundo com o objetivo de adquirir um avião para a Força Aérea Brasileira (FAB). O Automóvel Clube do Brasil deu início à campanha “Legião Blindada”, arrecadando dinheiro para aquisição de armas. Os médicos do estado da Bahia organizaram a “Legião para a Vitória” com o objetivo de comprar uma lancha torpedeira para a Marinha do Brasil.<sup>45</sup>

A obtenção de aviões e armas mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. Segundo Marcelo Monteiro, em várias cidades, os moradores colaboraram para comprar aviões para a FAB. A Campanha Nacional de Aviação, iniciada anos antes, tomou novo fôlego, recebendo apoio de associações comerciais e industriais, além de empresas, escolas e veículos de comunicação. No Rio de Janeiro, o empresário Antiógenes Chaves, com apoio dos *Diários Associados*, iniciou ação para a aquisição de cinco aviões de guerra. Eles receberiam nomes dos navios afundados pelo U-507. Os jornais *Diário da Noite* e *O Jornal*, no Rio de Janeiro, recolheram dinheiro para adquirir o *Arará*. Na cidade de São Paulo, mulheres doaram suas alianças de casamento para a compra do *Araraquara*. Jornais da cidade de Santos mobilizaram a população para obter o terceiro avião, o *Baependy*. No Rio Grande do Sul, a compra era do avião *Itagiba*. Em Minas Gerais, a imprensa arrecadou fundos para a compra do *Aníbal Benévolo*. Na Bahia, adolescentes deram início à “Campanha dos Metais”. Com o slogan “O inútil pode ser útil”, eles recolhiam metais para a fabricação de armas. Surgiram grupos para defender o Brasil de agressão do Eixo, como a Legião Acadêmica, a Legião dos Comerciantes e a Legião dos Médicos para a Vitória, todos na Bahia. Cerca de noventa estudantes de medicina, em Salvador, fundaram o grupo Legionários da Morte, dispostos a morrer em missões suicidas. Nos quartéis militares de todo o território nacional, milhares de voluntários compareciam espontaneamente para se alistar (Monteiro, 2013, p. 250-251).

---

42 As comemorações da Semana da Pátria. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 set. 1942.

43 Uma hora pelo Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 22, 7 ago. 1942.

44 O avião bombardeiro “7 de setembro”. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 6 e 7 set. 1942.

45 O Conselho Federal do Comércio Exterior vai tomar conhecimento da mobilização de guerra. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 16 set. 1942.

Houve casos de organizações sociais que mudaram seus estatutos para ajudar no esforço de guerra. Foi a situação da Fraternidade do Fole. Em 1940, ingleses que moravam no Brasil fundaram a associação The Fellowship of the Bellows. O objetivo era arrecadar fundos para comprar aviões para a Royal Air Force. Depois, a associação foi aberta ao ingresso de brasileiros. Em agosto de 1942, seus estatutos foram modificados para que as doações recebidas fossem destinadas, em partes iguais, para a Royal Air Force e a FAB.<sup>46</sup>

Judeus refugiados no Brasil, organizados na União Beneficente Israelita, reunidos em assembleia, decidiram apoiar o esforço de guerra. Em depoimento ao *Diário de Notícias*, o presidente da União, Paulo Zander, afirmou:

Nestes momentos graves peço poder expressar em nome de todos vós a nossa solidariedade e pleno apoio às medidas que o nosso governo acaba de tomar, e afirmar com todo o coração, que faremos tudo que estiver ao alcance de nossas forças e com o sacrifício de nossas vidas para servir ao governo e à nossa Pátria.<sup>47</sup>

No contexto da guerra, surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada, não casualmente, no dia 3 de outubro, data da Revolução de 1930. Presidida pela sra. Darcy Vargas, esposa do presidente da República, a instituição, de imediato, ofereceu curso para monitores agrícolas. Organizações sociais vinculadas a ela, como a Associação dos Pais de Família, patrocinaram cursos profissionalizantes, com os Postos de Costura.<sup>48</sup> A LBA passou a receber donativos. Eles poderiam vir dos trabalhadores da S. A. Agrícola e Industrial Usina Miranda, no valor de quarenta contos de réis (40:000\$000), da população da cidade de Presidente Bernardes, que arrecadou cinco contos e quatrocentos e quarenta mil réis (5:440\$) ou mesmo da menina Maria Fernandes da Silva, que doou sua pulseira de ouro.<sup>49</sup> A Associação Cristã Feminina (ACF) engajou-se no movimento de preparação da população para a guerra,<sup>50</sup> oferecendo vários cursos para mulheres, como o de formação de lideranças em trabalhos sociais. No curso havia aulas de psicologia, primeiros socorros e trabalhos em grupo. A ACF atendia, assim, ao apelo da sra. Darcy Vargas, engajando-se na mobilização social para a guerra. Em sua sede, estava instalado o posto número 3 da Cruz Vermelha Brasileira. Nele, era possível participar do curso de socorros urgentes, que formava voluntárias socorristas.

O meio artístico também se engajou no esforço de guerra. A Rádio Nacional mobilizou compositores no concurso de marchas patrióticas.<sup>51</sup> Segundo notícia publicada no jornal *A Noite*, muitas letras de músicas inéditas haviam sido enviadas para a sede da rádio. O cantor

---

<sup>46</sup> Unidos pelo mesmo ideal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 32, 9 ago. 1942.

<sup>47</sup> Oferecem-se os judeus para combater pelo Brasil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 18 set. 1942.

<sup>48</sup> Legião Brasileira de Assistência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 out. 1942.

<sup>49</sup> O Brasil na guerra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 28 out. 1942.

<sup>50</sup> A Associação Cristã Feminina está realizando um trabalho utilíssimo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 7, 12 nov. 1942.

<sup>51</sup> Hoje, às 21 horas, mais um programa do Concurso de Marchas Patrióticas. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 3, 21 out. 1942.

Francisco Alves, todas as quartas-feiras, às nove da noite, interpretava as marchas selecionadas pelo júri, composto pelo diretor da Divisão de Rádio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por um oficial do Corpo de Fuzileiros Navais e por André Carrazzoni, diretor do jornal *A Noite*. Mas foi no teatro que os artistas mais se projetaram na luta contra o Eixo, em particular no gênero conhecido como “teatro de revista” – que misturava comédia e musical. Segundo pesquisas de Orlando de Barros, o primeiro espetáculo desse estilo com a temática da guerra foi *Fora do Eixo*, no Teatro Recreio, Rio de Janeiro, em maio de 1942, com duzentas apresentações. No espetáculo, os “quatro grandes” – Roosevelt, Churchill, Stalin e Vargas – eram reverenciados, enquanto Mussolini, Hitler e Hiroito eram impiedosamente ridicularizados, levando a plateia às gargalhadas. Seguindo o sucesso de *Fora do Eixo*, também em maio estreou, no Teatro João Caetano, a peça *Às armas*, seguindo o mesmo estilo do elogio aos líderes dos países Aliados, sobretudo Vargas, e o escárnio com os do Eixo. Diversas outras peças deste tipo “teatro de revista” seguiram o modelo inaugurado por *Fora do Eixo*, como *Entra na bicha*, *Ilha das Flores*, *Aguenta o leme!*, *Hoje tem marmelada*, *Marcha, soldado!*, *Vitória à vista!*, *A vitória é nossa!* e *Passo de ganso*. *Sinal de alarme*, de setembro de 1942, ironizava o racionamento de combustíveis e o uso do gasogênio nos automóveis (Barros, 2010, cap. 'A guerra dos artistas').

Professores também foram mobilizados durante a guerra. No dia 8 de outubro, o coronel Jonas Correia, secretário-geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, emitiu circular para as escolas com várias instruções aos educadores.<sup>52</sup> Entre as atividades das quais eles deveriam participar constavam cursos de enfermagem e socorros urgentes. Os cursos seriam ministrados por médicos da secretaria. Também participaram de orientações sobre defesa passiva e leitura do livro *Alerta*, de autoria do coronel Orozimbo Martins Pereira. Os professores também se engajaram na Campanha dos Metais. Caberia ainda a eles participar ativamente dos círculos de pais e professores. Nas reuniões, os docentes deveriam orientar os pais dos alunos a participarem das atividades de defesa nacional e de economia de guerra. Todos os dias, os professores deveriam explicar aos alunos a conjuntura mundial frente à guerra e divulgar frases patrióticas por meio de cartazes. Deveriam, também, promover concursos de redação para as terceiras, quartas e quintas séries com o tema: “Que poderá você fazer pela vitória do Brasil?”

A mais dramática mobilização para a guerra ocorreu na região amazônica. O controle japonês no Pacífico impediu que os Estados Unidos continuassem a ter acesso aos seringais da região. O governo norte-americano voltou-se para o Brasil e, em março de 1942, assinou acordos, tendo acesso à produção de borracha nos seringais da Amazônia. A “batalha da borracha” necessitava de “soldados da borracha”. Milhares de trabalhadores dos estados do Nordeste brasileiro foram para a região amazônica em busca de melhores condições de vida

---

52 Os escolares e a guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 9 out. 1942.

e trabalho. No entanto, o resultado foi desastroso. Cálculos indicam em 25 mil o número de mortos e desaparecidos na floresta Amazônica (Secreto, 2007).

Ao longo dos anos de 1943 e 1944, a guerra provocou problemas ainda maiores para a sociedade brasileira, em particular, a escassez de combustíveis. O governo recorreu a jargões militares para mobilizar a sociedade, tanto no cotidiano da vida comum quanto no da fábrica. No “front interno”, na “batalha da produção”, os operários foram considerados “soldados no da produção”. A Lei de Mobilização Industrial,<sup>53</sup> de julho de 1944, voltou-se para os trabalhadores da indústria têxtil, considerada essencial para o esforço de guerra: a jornada de trabalho poderia alcançar dez horas, sendo autorizado o trabalho noturno feminino de até oito horas. As férias poderiam ser convertidas em indenizações pagas em dobro, dependendo do estado de saúde do operário. Mais de oito dias de falta seria considerado abandono de serviço. O trabalhador que se ausentasse sem motivo do emprego poderia ser punido por deserção. Mas o decreto isentava os trabalhadores menores de 18 anos. Com exceção dos dispositivos que constavam nele, a legislação da CLT continuava em vigor.

## **A GUERRA E SEU LUGAR NA CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA**

As dificuldades vividas pela sociedade brasileira, a partir de 1942 e até o final do conflito, em 1945, foram muitas. No entanto, o conjunto de vivências e experiências sob o estado de guerra não ocupa lugar relevante na cultura histórica do país. Os racionamentos, o desabastecimento de mercadorias, o esforço dos trabalhadores nas fábricas, a falta de combustíveis, o uso do gasogênio, a “batalha da borracha”, os blecautes, entre outras situações, não se tornaram registros importantes na nossa sociedade. Pouco se valoriza, por exemplo, a luta dos 25 mil soldados brasileiros nos campos de batalha italianos. Via de regra, sua participação é vista de maneira demeritória – quando não pitoresca. Com exceção do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra no Parque do Flamengo, Rio de Janeiro, conhecido popularmente como Monumento aos Pracinhas, não se encontram, em outras cidades, lugares de memória sobre a participação do Brasil nesse conflito mundial. Associações de ex-combatentes são ignoradas pela sociedade – e muitas sobrevivem de maneira precária, graças à dedicação de antigos soldados, todos de idade avançada. Como observou Roney Cytrynowicz, até mesmo os filmes contribuem para o desmerecimento da participação brasileira na guerra, caso de *Forall*, em que a cidade de Natal é transformada em um bordel, ou *Rádio Auriverde*, verdadeiro deboche aos pracinhas. No estado de São Paulo, a grande guerra presente na memória da sociedade foi a guerra civil de 1932. No contexto nacional, o conflito lembrado é o do Paraguai. Avenidas, ruas e praças de todo o país recebem os nomes de duque de Caxias ou do almirante Tamandaré. Nos próprios livros acadêmicos, a Segunda Guerra surge como momento propício para a industrialização do país (Cytrynowicz, 2000a, cap. 14, 15 e 16).

---

53 Brasil. Decreto-lei n. 6.688, de 13 de julho de 1944. Rio de Janeiro, DF.

Sequer um dos episódios mais dramáticos da história brasileira do século XX recebe alguma menção nos dias atuais: o ataque do submarino alemão U-507 aos cinco navios brasileiros, resultando em 605 mortos, e as manifestações populares de revolta e indignação nas ruas do Rio de Janeiro, nas capitais dos estados e em diversos municípios, exigindo de Vargas a declaração de guerra aos países do Eixo (Ferreira, 2017).

Embora muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado tenham como tema a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha na Itália, as vivências da sociedade brasileira durante o conflito ainda não são do nosso interesse a ponto de ocupar as livrarias, o cinema e a televisão. A Segunda Guerra Mundial parece ser evento distante no tempo e no espaço e que pouco afetou o Brasil e o cotidiano dos brasileiros.

**A pesquisa é financiada pelo CNPq.**

## Referências bibliográficas

BARROS, Orlando de. *A guerra dos artistas: dois episódios de história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2000a.

\_\_\_\_\_. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-91, mar.-jun. 2000b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-5970200000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 25 out. 2012.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, livros e discos: história do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2014.

FERREIRA, Jorge. Mortes no mar, dor na terra: brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24833/15627>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Publicato Editora, 2013.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-43. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1962/1101>>. Acesso em: 12 set. 2015.

NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n. 5, jul. 1996. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6167/3661>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2009.

---

Recebido em 13/4/2017

Aprovado em 19/4/2017